

# Projeções sobre o novo Congresso

1 \* OUT 1990

CARLOS CHAGAS

Só de dez a 15 dias após o 3 de outubro será possível traçar um perfil aproximado da composição do novo Congresso. Mesmo em estados densos como Minas Gerais, fica difícil a apuração em tempo rápido, quanto mais em regiões onde o eleitorado se encontra mais disperso, como a Amazônia ou o Nordeste. Assim, mesmo que sobrevenham indicações reveladas pelo voto nos candidatos a governador, não vai dar para saber de imediato se o PFL se transformou no partido com maiores bancadas na Câmara ou se o PMDB, embora reduzido, ainda será a maior legenda. As apurações seguirão em carro-de-boi na época dos mísseis e dos foguetes estratosféricos, com exceções aqui e ali. Em Brusque, Santa Catarina, por exemplo, será tentada uma iniciativa pioneira, mas, infelizmente, isolada: o eleitor não manuseará cédulas de votação nem precisará de urnas. Votará informaticamente, isto é, apertando botões de teclados instalados em cada seção eleitoral. A apuração, por isso, levará menos de um minuto. Na maioria dos estados a totalização se fará por computador, mas, pobre da tecnologia moderna, esses monstros precisarão ser alimentados artesanalmente, isto é, com números que forem chegando às capitais, vindo do interior, apurados à mão.

Supondo-se que o PMDB mantenha a maioria no Senado, coisa mais ou menos certa, e também na Câmara, que precisará disputar com o PFL, fica possível armar o quadro para o próximo ano. Porque, nesse caso, Mauro Benevides irá presidir o Senado e o dr. Ulysses, com toda pompa e circunstância, retornará à presidência da Câmara. Fator da maior

importância para outro xeque no tabuleiro de xadrez da política nacional: Ulysses Guimarães deixaria a presidência do PMDB para Orestes Quérzia, em condições de imprimir ampla oxigenação no partido. Por não dispor de mandato, na oportunidade, e não precisar plantar-se em Brasília como deputado ou senador, ele poderá percorrer o País como rotina. É claro, preparando sua candidatura à Presidência da República, em 1994.

Mas se der PFL? Aí, o quadro muda. Os liberais fariam o presidente da Câmara, na hipótese de disporem de maior bancada, e se sentiriam encorajados a peitar o PMDB no Senado, mesmo minoritários. Porque, na Câmara Alta, mesmo tendo o PMDB maior número de senadores do que outro partido, o bloco **collorido** é majoritário, proveniente de diversas legendas. E se o PFL liderar a rebelião contra o regimento e lançar um dos seus, terá o Congresso na mão. Situação que facilitaria, nos trâmites legislativos, a implantação do parlamentarismo. Obviamente, se o eleitorado optar por esse sistema de governo, num plebiscito cada vez com maiores condições de ser antecipado de 1993 para 1992. A meta do PFL seria indicar o primeiroministro, também na base de composições.

Onde fica o presidente Fernando Collor, nessa tertúlia entre as duas maiores forças partidárias? Nem sombra de dúvida, com os liberais, mesmo que se empenhe em realizar o sonho do ministro Bernardo Cabral, da criação de um novo partido.

Tudo são prospecções e especulações na dependência do resultado das urnas. Afinal, outras parcelas igualmente importantes entrarão na equação.